

PAT-OK
PE-OK

PALESTRA 11

UMA PROPOSTA DE LINHAS BÁSICAS DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CAPRINO-OVINOCULTURA NO POLO JUAZEIRO-PETROLINA

Clovis Guimarães Filho*

INTRODUÇÃO

A região sob a influência do polo econômico Juazeiro-Petrolina, além de grande produtora de frutas e hortaliças em seus mais de 80 mil hectares irrigados, constitui, também, um importante polo de caprino-ovinocultura, com cerca de 2,7 milhões de cabeças e, pelo menos cem mil pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, com a atividade. A eficiência de produção nessa atividade, contudo, é sumamente baixa, caracterizando uma economia de subsistência. Boa parte da produção se destina ao autoconsumo familiar e o excedente, quando existente, é vendido através de circuitos de comercialização em condições extremamente desfavoráveis ao produtor.

O programa de fortalecimento dessas atividades, descrito em seguida, em suas linhas básicas, é fruto do trabalho conjunto de pesquisadores da Embrapa Semi-Árido com secretários municipais de agricultura e produtores dos doze municípios que compõem a região (Figura 1) e se baseia em um conjunto de ações coordenadas, abrangendo os distintos atores da cadeia produtiva, visando um aproveitamento mais eficiente dos recursos e potencialidades de suas unidades produtivas e uma maior inserção na economia de mercado. A implantação de um programa dessa natureza se impõe em função do quadro preocupante nessas áreas rurais, onde prevalecem a acentuada carência de água para o abastecimento humano e animal, os baixos níveis de educação e saúde das comunidades, os baixos níveis de tecnologia utilizados nos processos produtivos e uma reduzida capacidade de negociação nos mercados. Como consequência, observa-se um grande número de famílias vivendo em difícil equilíbrio sócio-econômico, com elevado índice de desemprego, um crescente processo de degradação dos componentes do ecossistema e um constante êxodo das famílias, do campo para as cidades.

Em termos de impacto, o fortalecimento da caprino-ovinocultura na região, com base em uma visão de agronegócio, poderia, potencialmente, resultar em um aumento da oferta quantitativa e qualitativa dos produtos carne e pele, ambos, atualmente, com demanda crescente e insatisfeita e na retenção de um maior número de empregos no campo, contribuindo para a redução do fluxo migratório campo-cidade. Adicionalmente, ocorreria uma melhoria dos processos de utilização dos recursos

* Médico-Veterinário, M.Sc. em Produção Animal, Embrapa Semi-Árido, Petrolina, PE

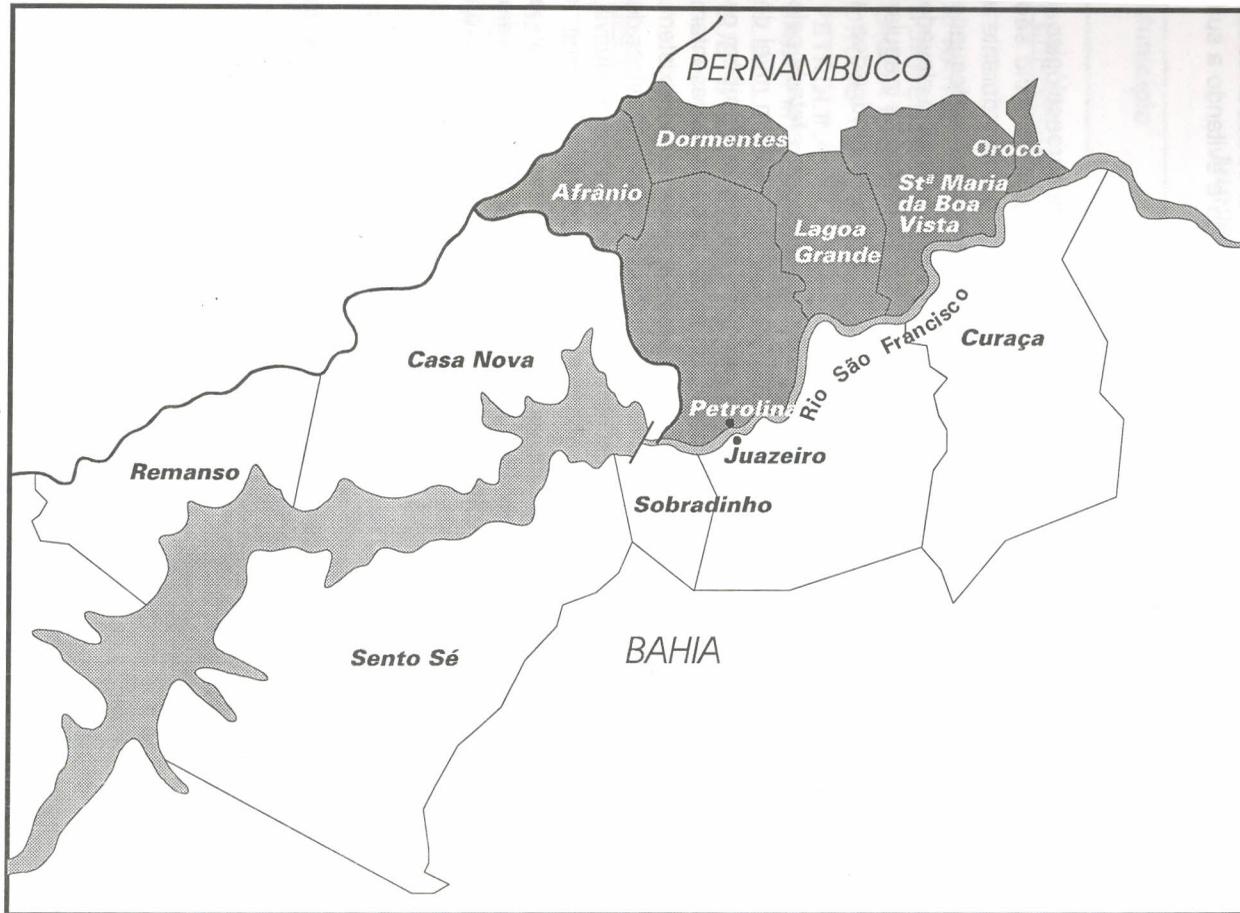


FIGURA 1. Municípios sob a influência do polo Juazeiro-Petrolina abrangidos pelo programa de desenvolvimento da Caprino-Ovinocultura.

naturais e de gestão do espaço rural, paralelamente à uma elevação de renda das unidades produtivas, assegurando a reprodução dos seus meios de produção e evitando a sua pulverização fundiária e a proletarianização de seus componentes.

LIMITANTES DA ATIVIDADE NA REGIÃO

De uma maneira geral, pode-se afirmar que, do ponto de vista agroecológico e tecnológico, os baixos níveis de produtividade dos rebanhos caprino e ovino são decorrência da conjunção da escassa oferta de forragem para os animais durante a estação seca, de um baixo potencial produtivo dos rebanhos e de seu inadequado manejo, com uma escassa e deficiente assistência técnica, resultando em um elevado nível de perdas reais e potenciais. O produto final resume-se a uma limitada e irregular oferta de produtos (carne, peles, animais, etc.), de baixa qualidade e produzidos à custos não compatíveis.

Do ponto de vista sócio-econômico, a atividade é negativamente afetada pelo baixo nível de capacitação gerencial do produtor, pelo seu débil ou nenhum nível de organização e pela deficiente estrutura fundiária predominante na região. Também os segmentos agroindustrial e distribuidor, com exceção do setor de peles, apresentam acentuadas deficiências em sua estrutura. Em algumas áreas praticamente inexistem. Tudo isso acarreta um acesso limitado dos produtores ao crédito e a outros serviços de apoio e uma completa desarticulação entre os distintos segmentos da cadeia produtiva, pontos fundamentais para o sucesso do agronegócio. Agravando este quadro geral, a atividade é fortemente afetada por preconceitos e tabus, especialmente no que tange aos produtos caprinos, e por roubos de animais, atividade que, nos últimos anos, vem assumindo perspectivas de se tornar o principal fator impeditivo de crescimento da atividade.

VANTAGENS POTENCIAIS DA REGIÃO

Inúmeras são as vantagens potenciais que a região oferece para o desenvolvimento da cadeia da caprino-ovinocultura, destacando-se:

- Expressivos efetivos animais;
- Excelente potencial tecnológico para elevação do padrão de produtividade;
- Crescente demanda dos produtos caprinos/ovinos;
- Possibilidade de interação com as áreas irrigadas;
- Moderna infra-estrutura agro-industrial na área de curtumes;
- Forte infra-estrutura institucional de apoio.

Embora qualitativamente questionável, os efetivos caprinos e ovinos da região são quantitativamente expressivos, somando 2.732.523 cabeças, sendo 2.069.867 de caprinos e 662.656 de ovinos (Quadro 1). Estes efetivos dão, à região, com seus 54 mil

QUADRO 1. ÁREA, POPULAÇÃO RURAL E EFETIVOS CAPRINO E OVINO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO.

Município	Área (Km ²)	Pop. Rural (hab)	Caprinos (cab)	Ovinos (cab)
<u>PERNAMBUCO</u>				
AFRÂNIO	1.489	10.251	54.000	18.200
DORMENTES	1.415	10.440	64.300	20.850
LAGOA GRANDE	1.817	10.000	53.400	18.500
OROCÓ	562	7.334	14.000	11.600
PETROLINA	4.734	39.500	100.140	21.150
SANTA M ^a BOA VISTA	3.035	31.842	89.000	22.950
SUBTOTALS	13.052	109.367	356.840	113.250
<u>BAHIA</u>				
CASA NOVA	9.697	22.556	565.580	21.211
CURAÇÁ	6.476	15.457	246.000	65.741
JUAZEIRO	6.415	38.948	528.275	163.734
REMANSO	4.712	15.335	275.000	132.100
SENTO SÉ	12.629	22.262	88.772	58.780
SOBRADINHO	1.328	1.672	9.400	7.840
SUBTOTAL	41.257	116.230	1.713.027	549.406
TOTAIS	54.309	225.597	2.069.867	662.656

QUADRO 2. NÍVEIS ATUAL E POTENCIAL DE DESEMPENHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO DO REBANHO CAPRINO REGIONAL.

INDICADORES	NÍVEL ATUAL	NÍVEL POTENCIAL
NÚMERO DE CRIAS NASCIDAS/ME/ANO	1,1 - 1,3	1,5 - 1,7
MORTALIDADE DE JOVENS (%)	20 - 25	4 - 8
PESO VIVO AO DESMAME (KG)	8 - 10	13 - 15
PESO VIVO AOS 6 - 8 MESES (KG)	12 - 15	24 - 28
QUILOGRAMAS DE ANIMAIS COMERCIALIZÁVEIS/ME/ANO	10 - 16	33 - 45

ME = matriz exposta

km², a condição de primeira colocada, no Nordeste, em termos de densidade de animais (50 cab/km²).

Com referência à mudança de padrão tecnológico, diversos estudos conduzidos pelas instituições de pesquisa e a experiência criativa de alguns produtores têm comprovado ser possível elevar acentuadamente o nível de produtividade dos caprinos e ovinos. O Quadro 2 indica que o a quantidade total de animais comercializáveis/ano, em quilogramas, por cada matriz caprina que o produtor tenha, pode ser aumentada em até 350%. Mais importante, é que este incremento pode ser conseguido com a adoção de práticas simples de alimentação e de manejo do rebanho e dos pastos. A demanda crescente dos produtos, verificada nos últimos anos, conflita com a incapacidade do setor produtivo, mantido os atuais padrões tecnológico e gerencial, em atendê-la. Mantido o atual nível de consumo, o deficit de carne caprina/ovina para o ano 2000 está estimado em cerca de 24 mil toneladas. Serão pouco mais de 31 mil toneladas ofertadas para uma demanda em torno de 55 mil toneladas. Um estudo da Embrapa, feito em 1996, mostrou que, apenas nas cidades de Petrolina e Juazeiro, o consumo de carnes caprina e ovina era de 2 mil toneladas anuais, correspondentes a um consumo anual de quase 7 kg/habitante e ao abate anual de mais de 170 mil cabeças.

A região formada pelos doze municípios é hoje responsável pela produção de pouco mais de 3 mil toneladas anuais, porém apresenta potencial para quintuplicar esta produção e assim atender, pelo menos, um terço deste deficit. Como ocorre em escala regional, os principais canais de distribuição das carnes caprina e ovina na área do polo Juazeiro-Petrolina são as feiras e açougues. Estima-se que esses canais sejam responsáveis por mais de 90% do montante comercializado. Existe uma tendência, contudo, para um crescimento da participação dos restaurantes especializados e supermercados, desde que equacionado o problema do abate informal. No que concerne ao mercado de peles, apenas um dos dois curtumes da região processou, em 1998, 1,3 milhão de peles caprinas/ovinas, um terço das quais exportadas. Juntos, os dois curtumes processam anualmente 2,5 milhões de peles desses animais. Atualmente enfrentam crescente escassez na oferta de matéria prima, apesar dos preços pagos ao produtor terem quase que dobrado nos último anos. A capacidade ociosa hoje dos curtumes está estimada em 4,5 milhões de peles/ano. Em termos gerais, considerando apenas o movimento dos curtumes e a produção e comercialização de carnes, com seu padrão tecnológico semi-extrativista, estima-se que o agronegócio da caprino-ovinocultura na região alcance um valor próximo aos 25 milhões de dólares.

Outro aspecto altamente vantajoso e que precisa ser imediatamente exercido é a interação da atividade com os mais de 80 mil hectares irrigados existentes na região. O potencial de benefícios mútuos que uma interação da área irrigada com a área dependente de chuva pode trazer é imenso. As melhores alternativas residem na capacidade da área irrigada ser utilizada como fornecedora de forragem e água, especialmente nos períodos mais críticos, ou como área de terminação de borregos e

cabritos, em sistemas confinados ou semi-confinados. Por seu lado, as áreas de sequeiro funcionariam como fornecedores de matéria orgânica para os cultivos irrigados, cuja demanda mínima atual é da ordem de 800 mil toneladas anuais e, adicionalmente, funcionariam como bacias de empregos temporários, considerando que uma parte dos empreendimentos de caprinos e ovinos seriam do tipo “part-time”.

Na cadeia produtiva da caprino-ovinocultura regional, apenas o segmento agro-industrial e distribuidor, relativo a peles, pode ser considerado como tecnificado e eficiente. No que tange a carne, os três segmentos apresentam padrões tecnológicos rudimentares e muito pouco eficientes. Ressalte-se a existência, em Petrolina, de um abatedouro para 250 caprinos/ovinos/dia, com inspeção sanitária e câmara frigorífica, onde não se abate uma única cabeça. Em Juazeiro, está sendo implantado o Centro de Tecnologia de Alimentos (CAT), incluindo um abatedouro para caprinos/ovinos com capacidade para 50 cabeças/dia pelo governo do estado. Os abatedouros privados implantados em outras regiões (Quixadá, Jequié, Propriá) vêm trabalhando com uma capacidade ociosa que em certas épocas chega aos 80%.

Com a crescente valorização das peles ao nível de produtor, a existência de dois curtumes desse porte na região, constitui um fator de alta relevância para o agronegócio, podendo se constituir um instrumento de grande potencial indutor para a mudança do padrão tecnológico no segmento produtivo.

A forte presença de instituições vinculadas à problemática rural na região constitui mais um fator favorável à implementação efetiva de um programa de fortalecimento da caprino-ovinocultura. Embora as entidades a quem caberiam coordenar ou liderar a implantação do referido programa se apresentem, em sua quase totalidade, débeis ou praticamente ausentes, como prefeituras municipais e associações de produtores, a infra-estrutura de apoio na região, está habilitada a se tornar um fator decisivo para a consecução dos objetivos perseguidos. Instituições como a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Empresa de Abastecimento e Assistência Técnica de Pernambuco (EBAPE) e a ONG Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) e o centro de pesquisas da Embrapa (CPATSA), com forte presença na região, são fundamentais como instrumentos de geração e de transferência de tecnologia. A capacitação e a organização do produtor podem ser mais eficientemente conduzidas com a participação da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF), das Escolas Agrotécnicas de Petrolina e de Juazeiro e do Centro Regional de Tecnologia de Alimentos (SENAI-CERTA) e com o apoio do SEBRAE e do SENAR, também presentes na região. Destaque-se, nesse aspecto, a existência, na região, de um bem estruturado centro de capacitação profissional em caprino-ovinocultura mantido pela EBDA e uma relativamente estruturada rede escolar municipal que deve ser readequada e mobilizada para essa tarefa crucial. A presença na região dos principais bancos financiadores da atividade, como o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, juntamente com o SEBRAE e os curtumes, representa um substancial apoio às atividades de crédito à produção e de melhoria das condições de comercialização dos produtos. A conjunção harmoniosa de toda esse arsenal institucional para o fim de

fortalecer o agronegócio da caprino-ovinocultura não é, naturalmente, uma tarefa fácil, porém não é, certamente, uma missão impossível.

BASES DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PROPOSTO

O programa que se propõe objetiva reverter o processo de deterioração da infraestrutura social que atinge as áreas de sequeiro da região, buscando apresentar as características tidas por Turnes & Búrigo (1998) como essenciais ao ataque às causas limitantes da transformação da realidade:

- Oferecer uma alternativa à proposta de crescimento econômico regional, dando-lhe maior ordenamento e equilíbrio;
- Viabilizar uma proposta que rompa a marginalização das áreas desfavorecidas;
- Gerar soluções minimizadoras do problema de exclusão social;
- Constituir-se em instrumento de reafirmação da identidade local.

O programa visa desenvolver a caprino-ovinocultura da região, em seus diferentes segmentos, através da modernização do seu padrão tecnológico, estabelecendo um nova relação com o mercado. De quase nada, contudo, adianta melhorar o nível tecnológico da exploração se os produtores não adotarem, simultaneamente, técnicas gerenciais e organizativas que lhes permitam reduzir seus custos unitários e elevar o valor de venda de seus produtos. Capacitação e organização são as palavras-chave para atingir estas metas.

O objetivo final de qualquer programa para a área rural deve estar assentado na busca do desenvolvimento integrado. A integração dos caprino-ovinocultores com os demais atores da cadeia produtiva (Figura 2) é o instrumento que pode permitir aos mesmos cumprir com os requisitos básicos para o sucesso do agronegócio: oferecer ao mercado, regularmente, um produto de qualidade a um preço competitivo. Esta integração poderia se fundamentar na criação de espaços ou estruturas adequadas ao diálogo e a negociação entre produtores e demais componentes da cadeia produtiva e no estabelecimento de estímulos para que as agroindústrias assumissem ou participassem efetivamente das tarefas de capacitar e transferir inovações tecnológicas e gerenciais aos caprino-ovinocultores.

LINHAS DE AÇÃO PREVISTAS NO PROGRAMA

Com base em diversos estudos e levantamentos feitos na região e na experiência e competência dos pesquisadores, técnicos e produtores que colaboraram na elaboração dessa proposta, definiu-se como prioritárias as ações (Figura 3) voltadas para as seguintes metas, direcionadas com maior ou menor ênfase para o segmento produtor, processador ou distribuidor, de acordo com as necessidades identificadas:

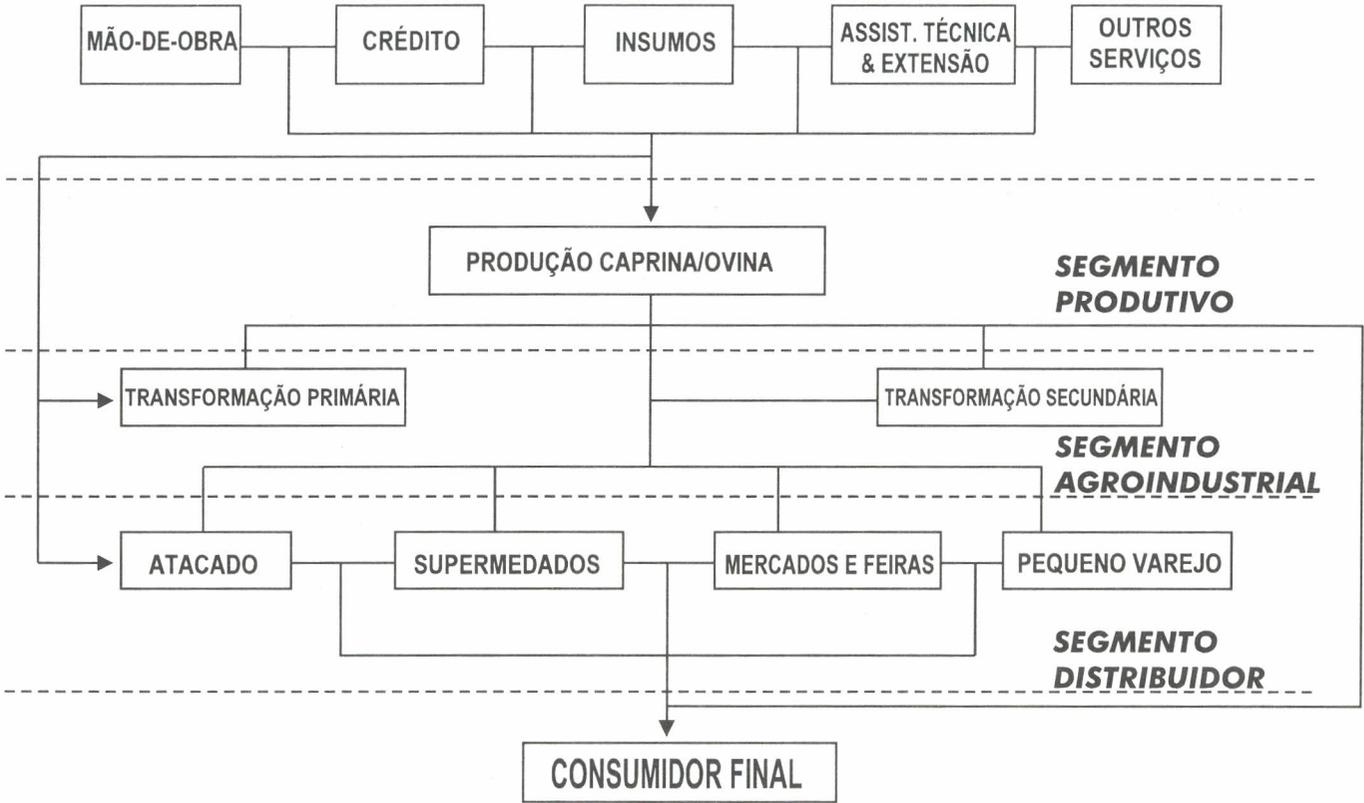
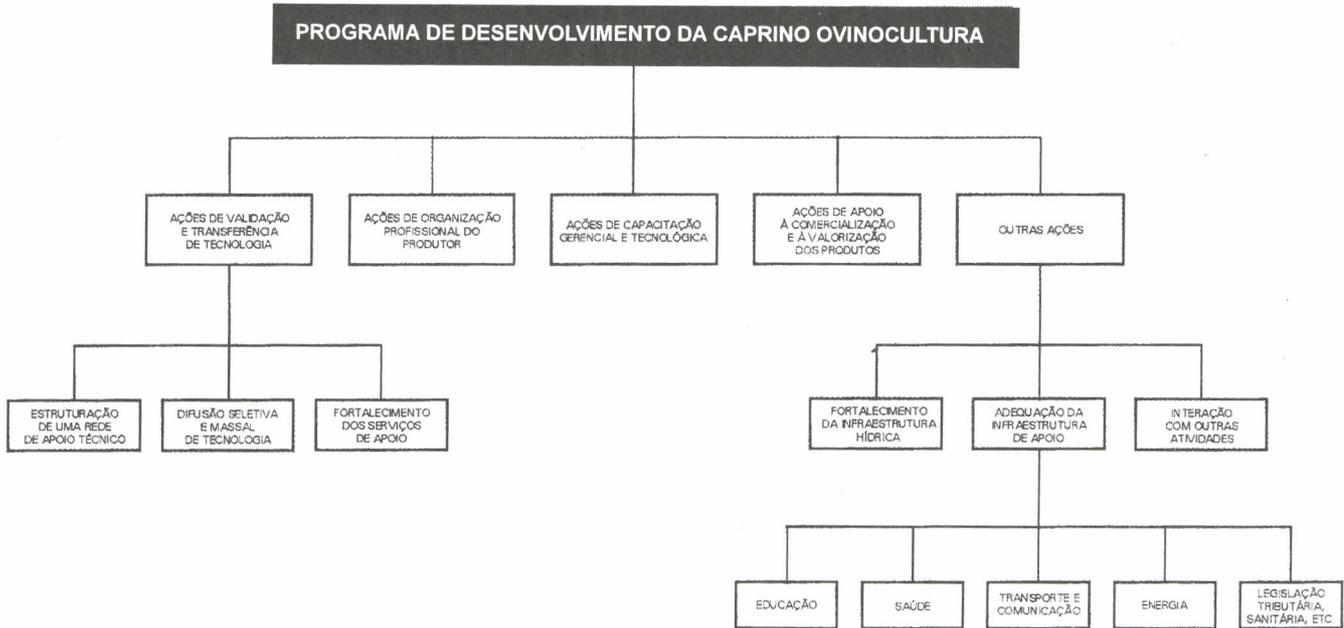


Figura 2. Fluxograma simplificado do agronegócio da caprino-ovinocultura.

FIGURA 3. DIAGRAMA DO PROGRAMA PROPOSTO



- Validação e transferência de inovações tecnológicas;
- Organização profissional do produtor;
- Capacitação tecnológica e gerencial do produtor;
- Apoio à comercialização e à valorização dos produtos;
- Fortalecimento da infraestrutura complementar de apoio.

As ações acima devem buscar a plena ocupação dos espaços de valorização e competitividade dos produtos caprinos/ovinos junto aos mercados regional e nacional, a integração equitativa entre os diversos atores da cadeia produtiva, o maior acesso às políticas públicas de apoio ao segmento e a adequação, ao contexto do agronegócio, das condições locais de uso e preservação dos recursos físicos, humanos e financeiros.

Outra ação importante, complementar, inclui a interação dos diferentes segmentos da cadeia com outras atividades, agrícolas e não agrícolas.

Por se apresentar mais limitada do que a produção de carne/pele, no que concerne ao universo de produtores potencialmente beneficiários do programa, a caprinocultura de leite não constitui o foco principal desse documento, embora haja um espaço para seu crescimento na região e a maior parte das ações propostas também se adeque à sua problemática geral.

AÇÕES PRIORITÁRIAS DE VALIDAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

As ações recomendadas são:

1. Estruturação de uma rede de apoio técnico local;
2. Formação de uma equipe regional de consultores;
3. Difusão seletiva e massiva de tecnologia;
4. Fortalecimento dos serviços de apoio.

A mudança do padrão tecnológico visa assegurar uma maior eficiência ao processo produtivo e uma melhor qualidade aos produtos, sem danos ao meio ambiente. O processo, porém, não será efetivado sem o apoio de uma rede de assistência técnica qualificada e estreitamente relacionada com as comunidades ou organizações de produtores.

Atualmente na região, estima-se que exista um extensionista, não necessariamente especialista em caprino-ovinocultura, para cada 2 mil produtores ou um para cada 70 mil cabeças. A formação de uma rede técnica local é essencial para o sucesso do processo. Os técnicos seriam recrutados entre produtores das próprias comunidades ou associações e operariam nos moldes empregados pelo IRPAA, na Bahia, com um tipo remuneração compensatória, correspondente ao tempo de ausência de suas unidades, ou, nos moldes do ADR, agente de desenvolvimento rural, experiência que tem mostrado bons resultados e tem se expandido em alguns municípios de Pernambuco.

Essas redes locais estariam conectadas e seriam assistidas por um grupo regional e multi-institucional de, no mínimo, seis consultores, de maior nível técnico (zootecnistas, veterinários, agrônomos, etc.), especializados em pastagens, alimentação, melhoramento genético, reprodução, sanidade e economia.

Os estudos e levantamentos conduzidos na região mostram que as áreas prioritárias para um trabalho de difusão de tecnologia de produção caprina-ovina na região abrangeriam, obrigatoriamente, as seguintes linhas:

- Manejo racional da caatinga para fins pastoris;
- Formação e manejo de pastos tolerantes à seca;
- Produção e conservação de forragens para o período seco;
- Manejo reprodutivo dos rebanhos, incluindo seleção e cruzamentos orientados;
- Manejo sanitário dos rebanhos.

Numa primeira etapa, as práticas que asseguram uma oferta de forragem para os animais durante os períodos secos do ano, como a ensilagem, a fenação, a amonização, a hidroponia, o cultivo de palma forrageira, etc., teriam prioridade absoluta como objetos de transferência.

Instrumentos de melhoramento genético, como a inseminação artificial, seriam trabalhados de uma maneira gradativa, inicialmente, apenas, com uma amostra limitada de produtores, selecionada entre aqueles cujo potencial genético do rebanho, em condições melhoradas de alimentação e manejo, fosse realmente impeditivo a um melhor desempenho. Nesse sentido, a definição da raça ou das raças a serem utilizadas como “melhoradoras” deve atender o projeto técnico-mercadológico escolhido, procurando-se sempre preservar a participação dos genótipos nativos selecionados pela natureza por mais de 400 anos. A inseminação artificial deve ser encarada como um meio e não como um fim em si própria, como vem sendo “vendida”. Nas atuais condições da caprino-ovinocultura da região, a sua ausência, absolutamente, não constitui fator limitante prioritário.

A difusão dessas práticas obedeceria os métodos convencionais utilizados pela extensão rural, consideradas as peculiaridades de cada área de produção ou grupo de produtores, os quais poderiam incluir visitas e palestras técnicas, treinamentos de curta duração, dias-de-campo, apresentação de vídeos, distribuição de cartilhas, implantação de unidades demonstrativas e tantas outras.

Por outro lado, existe uma gama de alternativas tecnológicas nas áreas de manipulação de caatinga, forrageiras tolerantes à seca, suplementação no período seco, raças e cruzamentos e controle de doenças que necessitam de urgente ação da pesquisa no sentido de, através de ensaios simples, ao nível de produtor (testes de ajuste, unidades de validação), definir sua validade para fins de incorporação ou de rejeição pelos sistemas de produção. Esta é uma ação que deve ser de caráter contínuo e fundamental como alimentadora do sistema de transferência.

As ações de validação e transferência de tecnologias na região seriam executadas pela EBDA, EBAPE e IRPAA, com o a participação local das organizações de produtores, através de seus ADRs ou similares e o apoio dos curtumes e abatedouros (municipais ou privados) e de outras instituições (EMBRAPA, FAMESF, Escolas Agrotécnicas).

Boa parte do esforço dispensado às ações acima mencionadas pode ser seriamente comprometida, se, paralelamente, não forem estimulados e fortalecidos os serviços de apoio, aqueles que efetivamente tornam disponíveis ao produtor os instrumentos necessários à adoção de uma tecnologia. Neste sentido, impõem-se ações no sentido de fortalecer ou estimular o estabelecimento, na região, de serviços de apoio, públicos ou privados, de revenda de sementes e mudas de forrageiras, reprodutores e sêmen, rações e adubos, revenda ou aluguel de máquinas e equipamentos, além de laboratórios de diagnóstico de doenças animais, estes últimos de responsabilidade maior do poder público. Papel fundamental, neste aspecto, pode ser desempenhado pelas próprias organizações de produtores, através da criação, para alguns itens, de seus próprios serviços ou, através de uma maior disponibilização aos seus associados, via parceria, dos serviços já existentes na região, especialmente aqueles oferecidos pelas instituições públicas.

AÇÕES DE ORGANIZAÇÃO E DE CAPACITAÇÃO DO PRODUTOR

A organização profissional dos caprino-ovinocultores da região constitui, sem dúvida, a demanda primeira para dar uma fundamentação mais sólida às demais ações previstas no programa. Somente organizados, os produtores serão capazes de buscar uma redução gradual da dependência externa de suas unidades produtivas, através da criação de seus próprios serviços de apoio, da compra conjunta de insumos, da comercialização conjunta de seus produtos, reduzindo a cadeia de intermediação, de investimentos e uso conjuntos de bens que não se justifiquem individualmente, do beneficiamento e incorporação de valor agregado à produção, criando, inclusive, condições para viabilizar a economia de escala e propiciar um maior poder de barganha, necessários à uma maior competitividade no mercado.

Organizados, os caprino-ovinocultores disporão de um poder político capaz de canalizar diretamente e sem distorções, às instâncias decisórias, as suas principais reivindicações, no que tange à formulação e operacionalização de políticas públicas mais adequadas de apoio à atividade.

A capacitação, por sua vez, além de ampliar os conhecimentos e habilidades produtivas, elevando a produtividade e melhorando o desempenho, pode induzir mudanças de atitudes e valores, fortalecendo, no produtor, a autoconfiança, ampliando suas aspirações e estimulando-o a assumir maiores responsabilidades. Não pode, contudo, se limitar ao ensino de práticas melhoradas de produção, como ensinar a preparar silagem ou a fazer inseminação. A capacitação deve privilegiar os aspectos

de gestão da propriedade, de como o caprino-ovinocultor deve distribuir os seus limitados meios de produção no tempo e no espaço e de como identificar e corrigir deficiências, de modo a reduzir custos de produção e elevar o valor de venda de seus produtos. A utilização de registros zootécnicos e contábeis simplificados constitui uma demanda elementar e, portanto, um caminho fortemente recomendado para aumentar a eficiência de gestão da unidade produtiva na região.

As ações prioritárias de organização e capacitação são as seguintes:

1. Capacitação de produtores no uso de tecnologias de produção de caprinos e ovinos, não danosas ao ambiente, e de gestão econômico-financeira da unidade produtiva;
2. Avaliação do nível de organização dos caprino-ovinocultores da região através de levantamento completo de entidades associativas existentes na região;
3. Avaliação e definição da forma ou das formas de organização associativa mais adequadas às condições agro-ecológicas e sócio-econômicas da região (associação de produtores, cooperativa, fundação, condomínio, "círculo de máquinas", etc.), promovendo e estimulando sua criação nos municípios onde não existam;
4. Fortalecimento das organizações de caprino-ovinocultores já existentes na região, adequando-as ao modelo preconizado através do intercâmbio com entidades congêneres mais consolidadas e promovendo ações estratégicas iniciais de compra, produção, transformação e venda em suas formas associativas.

As ações de organização dos produtores na região devem ser coordenadas pelas próprias associações e cooperativas, embrionárias ou já consolidadas, com o apoio decisivo do SEBRAE e das prefeituras. Instituições como o IRPAA, de grande capacidade mobilizadora do produtor, EMBRAPA e EBDA poderiam complementar o apoio necessário a estas ações. As ações de capacitação tecnológica e gerencial, sistematizadas em um programa específico, seriam executadas pelos mesmo órgãos técnicos responsáveis pelas ações de validação e transferência de tecnologia, incluindo o SENAI-CERTA, e coordenadas pelo SENAR e/ou SEBRAE.

AÇÕES DE APOIO À VALORIZAÇÃO E À COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

A incorporação de inovações tecnológicas ao sistema de produção resultará em impacto bastante limitado se o caprino-ovinocultor, simultaneamente, não adotar técnicas gerenciais e organizacionais que lhe permitam reduzir seus custos unitários de produção, elevar o valor de venda de seus produtos e fortalecer seu poder de barganha no mercado. Para isso, as interações da sua unidade produtiva com o meio externo devem ser consideradas já que constituem a base para consolidar os processos de horizontalização e de verticalização, essenciais à otimização dos seus resultados econômicos.

Dentro desta visão, as ações prioritárias recomendadas são:

1. Definição do projeto técnico-mercadológico mais adequado às condições regionais de diversidade da caprino-ovinocultura, tendo como enfoque a criação de produtos associados a uma identidade territorial;
2. Melhoria das condições higiênico-sanitárias de abate, transporte e comercialização de caprinos/ovinos, adequando-as gradualmente aos padrões mínimos exigidos pela legislação;
3. Estabelecimento de instrumentos regulamentares de qualificação dos produtos;
4. Campanha promocional para aumento do consumo dos produtos caprino/ovinos, especialmente da carne;
5. Apoio efetivo à comercialização dos produtos pela criação de uma rede de “pontos de comercialização”;
6. Estabelecimento de parcerias visando uma maior eficiência na compra, produção, transformação e venda, envolvendo o caprino-ovinocultor com os segmentos localizados à montante e à jusante do processo produtivo;
7. Ações político-institucionais voltadas para a viabilização de condições mais adequadas e específicas de crédito para a caprino-ovinocultura;
8. Adequação das legislações fiscal, tributária e sanitária.

Algumas dessas ações já tinham sido recomendadas, como essenciais ao processo de verticalização de unidades produtivas das cadeias agro-alimentares de maior relevância no Nordeste (Encontro, 1997).

Definição do projeto técnico-mercadológico

A definição e concepção técnica de um projeto mercadológico que agregue valor ao produto, é o passo decisivo que abrange toda uma estratégia de ações que vão desde a escolha da raça a ser criada até o produto final que se quer na panela da dona-de-casa. Esta definição tem que ser tomada pelas entidades representativas dos produtores, com o apoio dos órgãos técnicos e deve ser subsidiada por estudos de mercados e pelas perspectivas de parcerias estratégicas com os demais segmentos da cadeia produtiva.

Com base nas condições agro-ecológicas e sócio-econômicas da região e do acervo tecnológico disponibilizado pela pesquisa, é possível discutir algumas opções viáveis. É bastante possível, também, que haja espaço para mais de uma opção, em função da diversidade de situações encontradas. Algumas opções possíveis incluem:

Sistema mais extensivo de produção, associado à caatinga, com um nível mínimo de insumos que permita comercializar um “produto orgânico” ou um cabrito ou borrego “ecológico”, com certificação legal correspondente. A caatinga seria utilizada por 7 a 9 meses do ano. Além do impacto de ordem ambiental, pelo uso mais racional da caatinga,

o produto teria uma forte identidade territorial, produto da associação da dieta alimentar do animais (plantas da caatinga) ao sabor característico e a outras qualidades da carne. Esses são dois tipos de fatores que podem pesar favoravelmente no aspecto mercadológico, a exemplo do que ocorre com diversos produtos na Europa. Outros aspectos a serem explorados no produto seriam:

- Qualidade sanitária, através de um rigoroso controle higiênico-sanitário na sua produção, processamento e comercialização;
- Qualidade nutritiva, especialmente em caprinos, pela sua substancialmente menor quantidade de gorduras subcutânea e intramuscular e menores teores de colesterol e de calorias;
- Qualidade sensorial (características organolépticas), representada pelo sabor característico, maciez e suculência, frutos, também, de uma menor idade ao abate (6 a 8 meses).

Esses aspectos deverão satisfazer

Este sistema, evidentemente, apresenta um desempenho produtivo do rebanho inferior a qualquer outro sistema intensivo em uso de insumos, porém bastante superior ao desempenho observado no sistema tradicional extensivo de caatinga. Este menor desempenho, contudo, poderia ser compensado por um menor custo de produção e por um valor de venda superior do produto final, como produto orgânico.

Sistema mais intensivo pouco associado à caatinga, com um nível maior de insumos e utilização da caatinga apenas por 2-4 meses do ano e de pastos cultivados pelo restante do ano. Embora com um produto final “não orgânico” e com um investimento maior em pastos cultivados e produção de forragem, o sistema apresentaria um maior nível de produtividade do rebanho, propiciando condições para a produção de animais “superprecoces” ou “precoces”, abatidos entre 4 e 6 meses de idade, ou de cabritos ou borregos do tipo “mamão”, abatidos aos 60-70 dias de idade.

Sistema mais intensivo, integrado à área irrigada, localizado nas áreas limítrofes aos perímetros irrigados, ou mesmo em seu interior, com alto nível de utilização de insumos e consumo exclusivo de pastos cultivados, produzidos parcial ou totalmente sob irrigação. Seriam condições adequadas, também, para caprinocultura leiteira ou para seleção de rebanhos para venda de reprodutores. Outra alternativa, bastante promissora, seria a engorda confinada ou semi-confinada, principalmente de ovinos, em um sistema complementar com a área de sequeiro. Seria a consolidação da desejada especialização na atividade, com a etapa de cria sendo feita por produtores da zona de sequeiro e a terminação por produtores das áreas irrigadas.

Os dois primeiros sistemas são, atualmente, objetos de pesquisa da Embrapa Semi-Árido, com caprinos, na qual serão comparados os dois produtos com relação à

qualidade do produto e custo de produção.

A definição do projeto deve ser subsidiada por estudos prévios de mercado, incluindo o conhecimento dos circuitos atuais de comercialização (com informações mais precisas sobre volumes, épocas, qualidade, destinos, preços e formas de pagamento, competidores e outros aspectos relacionados aos produtos caprinos/ovinos) e dos espaços de valorização e competitividade dos produtos. Neste aspecto, é fundamental a valorização dos produtos locais. Nas especificidades locais é onde pode residir o grande potencial. Procurar, sempre, fortalecer o local sobre o global.

Dentro do projeto mercadológico devem, ainda, ser avaliadas e definidas outras formas de agregação de valor e de apresentação final do produto, considerando, para o produto carne, as seguintes alternativas:

cortes resfriados : em bandejas de isopor, com papel celulose

cortes congelados : embalagens à vácuo, com filmes de polietileno/nylon

transformação em produtos derivados: não fragmentados (presuntos, charques e carnes secas, carnes defumadas) e fragmentados (linguiças, salames, pastas de carne, hamburgers)

Há uma forte expectativa para uma expansão maior dos cortes congelados em função de uma tendência ao crescimento acelerado da participação dos supermercados e dos restaurantes especializados no mercado dos produtos caprinos e ovinos. Com isso, espera-se, também, uma maior exigência por parte do consumidor, em termos de padronização e apresentação dos cortes.

Definido o projeto técnico-mercadológico, faz-se necessário, que a organização de produtores, com o apoio dos organismos técnicos, institua o "manual de procedimentos", um tipo de documento orientador, análogo ao "cahier de charge" dos franceses, onde são estabelecidos todos os procedimentos de criação (raça, pastagens, alimentação, manejo reprodutivo, cuidados sanitários), transformação (abate, transporte, conservação, cortes padronizados, processamentos) e comercialização (embalagem, certificação, transporte, estocagem) exigidos para que o caprino-ovinocultor associado, o agente processador ou o agente distribuidor possam aderir ao projeto e comercializar o produto dentro dos padrões previstos.

É necessário que cada associação ou cooperativa avalie a viabilidade de iniciar um processo de verticalização, definindo se limita sua atuação à etapa de produção ou se a estende, isolada ou em parceria com os demais segmentos, às etapas de transformação e distribuição de produtos industrializados. A disponibilidade de apoio tecnológico e creditício e o cenário projetado para o mercado dos produtos caprinos/ovinos são, juntamente com a situação da própria entidade, os fatores a considerar nessa tomada de decisão.

Melhoria das condições higiênico-sanitárias do abate, transporte e comercialização dos produtos caprinos/ovinos

Agronegócio é, antes de tudo, qualidade de produto. Não há como falar em agronegócio da caprino-ovinocultura na região, sem que se procure resolver o problema mais elementar de qualidade: o abate generalizado de animais em condições absolutamente precárias de higiene, sem inspeção sanitária. Nos doze municípios da região existe um único abatedouro construído especificamente para caprinos e ovinos, localizado em Petrolina e dotado de inspeção federal. Todo o abate no município é feito abertamente em abatedouros improvisados, sem as mínimas condições sanitárias. É necessária, portanto, a efetivação urgente das seguintes medidas:

- Levantamento geral das condições de abate, transporte e comercialização de caprinos e ovinos nos doze municípios;
- Seleção, adequação à legislação vigente (ou readequada) e entrada gradativa em operação de abatedouros (número a definir), com localização estratégica, do ponto de vista regional, para atendimento as demandas de comercialização intermunicipal e interestadual;
- Avaliação da viabilidade de utilização, numa primeira etapa, do abatedouro de Petrolina, único na região compatível com as condições mínimas exigidas, para todo o abate destinado à comercialização intermunicipal e interestadual, mediante acordo com a prefeitura local;
- Implantação de melhorias nos abatedouros municipais restantes, visando um padrão mínimo de higiene para comercialização dentro do município, inclusive com implantação de um serviço municipal de inspeção sanitária;
- Implementação efetiva de medidas legais restritivas do abate clandestino e do consumo produtos caprinos e ovinos não inspecionados, à proporção que fossem disponibilizadas as condições mínimas, mencionadas nos itens anteriores, para o seu cumprimento;
- Priorização das ações de apoio aos empreendimentos de abate de caráter privado, em implantação ou a implantar, que estejam associados à organizações de caprino-ovinocultores.

A definição, pelas associações, dos abatedouros (existentes ou a construir) a serem utilizados, deve considerar a questão do custo de transporte dos animais desde a unidade produtiva. No geral, esse custo não deve ultrapassar os R\$ 0,10 por quilograma de carne. Esse custo pode ser bastante diluído com a utilização de caminhões adaptados para o transporte de pelo menos 200 cabeças por viagem.

É necessário, também, levar em conta tendências futuras, já previstas para o Nordeste, de redução do número de unidades industriais, de sua localização próximo aos centros de terminação ou de confinamento e da diversificação de suas linhas de produtos.

A proibição do abate clandestino é uma medida estratégica de alta relevância para o agronegócio, não apenas no que diz respeito a oferta de um produto saudável para o consumo da população, mas, também, no que diz respeito a melhoria das condições de competitividade dos produtos processados e comercializados legalmente. É difícil para estes competirem com os baixos custos do abate e comércio informais.

A adequação às condições exigidas pela legislação vigente dos matadouros selecionados deve ser efetivada através de projetos técnicos elaborados a partir de modelos de abatedouros simplificados e de baixo custo que estão sendo disponibilizados pela pesquisa. Em função de sua potencial viabilidade econômica potencial, o financiamento dessas obras (para prefeituras, organizações de produtores ou empresas privadas) pode ser feito por bancos oficiais, os quais já dispõem de linhas de crédito específicas.

A responsabilidade maior por estas ações cabe às prefeituras municipais mas o apoio e as necessárias pressões para o seu desencadeamento devem provir dos produtores organizados e dos órgãos responsáveis pela saúde pública.

Estabelecimento de instrumentos regulamentares de qualificação dos produtos

A implementação de um processo de certificação dos produtos caprinos e ovinos regionais é uma necessidade que se impõe para o sucesso da atividade como um agronegócio. O sistema de qualificação deve ser independente, competente e eficaz de modo a gerar a confiança do consumidor e o apoio e a participação do poder público e dos diferentes segmentos da cadeia produtiva, especialmente das associações cooperativas e dos próprios produtores, individualmente.

Existem possibilidades diversas em termos de instrumentos de qualificação, embora algumas delas ainda não estejam devidamente institucionalizadas (certificação de origem, de conformidade, de qualidade superior, etc.). Caso a opção pelo produto orgânico tenha sido definida, as articulações para sua certificação teriam que ser feitas junto ao IBD, Instituto de Biodinâmica. Alternativamente, haveria a possibilidade, também, numa etapa inicial, de contar com o aval de instituições de maior credibilidade pública, como a Embrapa, por exemplo, como organismos certificadores de produtos controlados a partir da própria fazenda (selos de origem) e, mesmo, de elaboração de manuais de procedimentos para cada produto a ser certificado. O importante é que se parta, desde o início, para produtos diferenciados cuja certificação de qualidade possa se tornar o elemento decisivo para o êxito do empreendimento.

A iniciativa desta ação cabe aos caprino-ovincultores e às unidades processadoras dos produtos a serem certificados.

Campanha promocional para maior consumo dos produtos caprinos/ovinos

Uma campanha promocional, abrangendo, numa etapa inicial, os estados da Bahia e Pernambuco, mais especialmente em suas zonas metropolitanas, seria um valioso instrumento estratégico para alavancar o consumo e, conseqüentemente, a demanda de carnes caprina e ovina nos grandes centros urbanos. Há, contudo, um elemento de risco se considerarmos que, a curto prazo, não há ainda uma oferta qualitativa, e mesmo quantitativa, suficiente para atender uma eventual resposta positiva de uma campanha como essa.

A campanha, baseada em cartazes, folhetos, jornais, TV, quiosques de degustações, etc., poderia difundir mensagens exaltando comparativamente as qualidades nutritivas e sensoriais dessas carnes e enfatizando a importância de se optar por produtos inspecionados. O consumidor exigindo animais de qualidade, abatidos dentro das condições requeridas por lei, contribuiria muito para facilitar o trabalho das prefeituras e das associações no interior no combate ao abate clandestino.

A publicidade deve também tentar explorar a sua identidade territorial, valorizando-os como produtos específicos de um determinado ecossistema e associando-os à uma “cultura do semi-árido” que deve ser preservada e valorizada na forma de uma economia sustentável (ao contrário das outras o produto regional está fundamentado em um território, em uma história; é perene e não uma simples resposta à uma moda).

É importante que esta campanha comece por um esforço no sentido de suprimir o uso generalizado do termo “bode assado” para ovinos nos restaurantes típicos da região. A continuidade dessa forma não intencional de “propaganda enganosa” certamente não será benéfica à promoção de produtos especificamente caprinos, e mesmo ovinos, de melhor qualidade, a serem lançados no mercado.

Esse marketing institucional deve ser regido por uma entidade de âmbito regional. Como esta ainda não existe e em função da debilidade estrutural e financeira das associações de caprino-ovinocultores, tanto das locais como das estaduais (APECCO, ACCOBA), essa campanha deve ser implementada, numa primeira etapa, em parceria com as prefeituras (inclusive porque ela contribuiria para regularizar o abate dos animais, propiciando incremento na arrecadação de impostos municipais e melhoria nos padrões de saúde de suas populações) com o decisivo apoio do segmento distribuidor (varejo e atacado).

Apoio efetivo à comercialização dos produtos pela criação de uma rede de “pontos de comercialização

Para ocupar gradativamente o espaço de difusão do produto previsto para cada etapa do programa é fundamental a criação e consolidação de “pontos-de-venda”, para comercialização direta junto aos consumidores, dos produtos ofertados pelos caprino-ovinocultores.

A implantação de uma rede de “quiosques do produtor”, junto a locais estratégicos de venda (feiras, supermercados, etc.), de sucesso comprovado no

programa "Prove", do governo do Distrito Federal, constitui uma boa alternativa para iniciar o processo. Estes pontos poderiam ser explorados por grupos de caprino-ovinocultores coordenados pelas associações e apoiados pelas prefeituras.

A participação da prefeitura municipal pode ser decisiva nesse processo, já que a merenda escolar pode se tornar o instrumento de garantia de comercialização dos produtos e de indução da melhoria do nível tecnológico da atividade, sem mencionar as vantagens da permanência dos recursos financeiros na própria região. Do mesmo modo, os programas federais e estaduais de suplementação alimentar das populações carentes, bem como as aquisições governamentais institucionais (hospitais, presídios, etc.) podem se constituir em importantes espaços de comercialização para os produtos caprinos/ovinos, dentro de um processo inicial de "alavancagem" de vendas. O importante é que esta estratégia não converta o agronegócio excessivamente dependente destes "espaços".

Treinamentos específicos devem orientar os produtores sobre a dinâmica do comércio de produtos agropecuários, habilitando-os a usarem melhor as vantagens comparativas oferecidas pelo mercado. Como complemento, deve ser implementado um serviço que garanta o acesso permanente dos produtores às informações atualizadas do mercado (movimentação e preços dos produtos e insumos relacionados à caprino-ovinocultura) o que poderia acelerar e dar maior segurança ao processo de negociação.

Outras práticas voltadas para a melhoria das condições de comercialização devem ser experimentadas, com o apoio da extensão e da pesquisa. Entre essas, podem ser implementadas as "vendas conjuntas" e os "circuitos alternativos de comercialização".

As ações mencionadas se baseiam em alianças e parcerias com os poderes públicos e com o segmento distribuidor da cadeia (especialmente supermercados e pequeno varejo) e constituem iniciativas de responsabilidade dos produtores e processadores organizados, devendo contar com o apoio decisivo do SEBRAE. Órgãos técnicos como a EBDA e o SENAI-CERTA podem ser importantes coadjuvantes no processo.

Estabelecimento de parcerias entre os diversos componentes da cadeia produtiva

O fortalecimento das relações de parcerias dos produtores com seus fornecedores de insumos e com os compradores, processadores e distribuidores dos seus produtos é a estratégia mais recomendável para a consolidação de um processo e aumento de eficiência de produção, de melhoria da qualidade do produto e de uma distribuição mais equitativa dos benefícios do agronegócio entre os diversos atores da cadeia.

Nesse processo, Schejtman (1994) sugere como fundamentos:

Criação de um marco institucional que garanta a transparência e a simetria nas relações entre produtores e demais componentes da cadeia produtiva;

- Estabelecimento de um conjunto de estímulos para que as agroindústrias participem das tarefas de capacitar e transferir tecnologias aos produtores;
- Estímulo à organização dos caprino-ovinocultores, contemplando, inclusive, a constituição de agroindústrias de capital cooperativo ou de sociedades mistas, em que os produtores tendam a ter maior participação no processo decisório.

O uso da agroindústria como indutora da mudança do padrão tecnológico é perfeitamente possível mesmo na cadeia dos produtos caprinos e ovinos, apesar das debilidades de suas unidades de processamento de carne. Os curtumes, contudo, mais modernos tecnologicamente e mais fortes economicamente, poderiam constituir a base inicial do exercício dessa estratégia, cujo instrumento incluiria a prática de preços diferenciados por qualidade de produto.

O último fundamento mencionado corresponde ao processo de verticalização do produtor, fundamental à otimização dos resultados econômicos. Algumas experiências nesse campo começam a despontar de uma maneira promissora, à exemplo do empreendimento cooperativo conduzido no município de Jussara, Bahia.

No semi-árido em geral, um dos pontos iniciais a serem equacionados e resolvidos através de contratos de integração entre produtores e processadores é o relativo aos sistemas de aquisição e transporte dos animais pelos abatedouros, baseados em intermediários, com transporte feito em veículos improvisados e de baixa tonelagem.

Viabilização de condições mais adequadas de crédito para a atividade

O crédito oficial para a caprino-ovinocultura na região (FNE, FAT), na prática, tem sido relativamente escasso, excessivamente burocratizado e inadequado às circunstâncias dos produtores. O baixo percentual de caprino-ovinocultores contemplados pelo crédito oficial, em relação ao seu número total na região, atestam essa assertiva. Por ser considerado como o principal insumo para o desenvolvimento do agronegócio da caprino-ovinocultura, impõem-se ações urgentes no sentido de ampliá-lo e transformá-lo em efetivo instrumento estimulador da eficiência técnica e gerencial da atividade.

As ações sugeridas abrangeriam um esforço político-institucional especial de todos os atores da cadeia, apoiados pelos órgãos técnicos, para sua gradativa adequação às reais necessidades da atividade. Gestões seriam feitas, junto aos agentes financeiros, bem como junto às instâncias dos poderes executivo e legislativo federais, para a sua ampliação, tanto no tocante ao montante ofertado quanto na sua extensão para os segmentos processador e distribuidor de menor porte.

A adequação qualitativa do crédito se basearia em uma maior compatibilidade dos seus juros e prazos com o processo biológico-produtivo da caprino-ovinocultura em um ambiente de semi-aridez (incluindo seus períodos cíclicos de estiagem prolongada). O grande equívoco do crédito é considerar a seca como uma anormalidade climática.

A adequação do crédito requer, também, um maior equilíbrio entre os financiamentos voltados para aquisição de insumos e equipamentos e investimentos em infraestrutura e aqueles voltados para fatores de produção duráveis.

Outros aspectos, como a não inclusão de garantias evolutivas, a exigência de recursos próprios para os investimentos, a cobrança de taxas diversas e o excesso de garantias exigidas precisam também ser discutidos e revistos.

Não devem ser esquecidas, por outro lado, as ações voltadas para a busca de alternativas de financiamento que reduzam a dependência do produtor do crédito oficial. Embora de pequena escala, existem algumas experiências bem sucedidas de fundos rotativos que necessitam ser melhor avaliadas e valorizadas. Nesse particular, a participação da pesquisa em apoio ao processo de validação dessas alternativas torna-se de grande importância.

Adequação das legislações fiscal, tributária e sanitária

Analogamente ao crédito, existem gargalos nas legislações fiscal, tributária e sanitária que impedem ou limitam decisivamente o processo de desenvolvimento da caprino-ovinocultura da região e que precisam ser identificados, equacionados e enfrentados.

As normas do SIF não são adaptáveis aos empreendimentos de menor porte, limitando consideravelmente as iniciativas de industrialização dos produtos caprinos/ovinos. Há um espaço importante para uma gradual redução do problema através de uma maior participação da inspeção estadual e, para muitas situações, da criação de um serviço municipal de inspeção.

Os produtos caprinos/ovinos, tanto ao nível de propriedade quanto ao nível de indústria, precisam ser desonerados. Abatedouros-frigoríficos propõem a zeragem da alíquota do ICMS por dez anos.

A legislação cooperativista precisa, também, ser melhorada, especialmente no que concerne às exigências quanto às formas associativas de compra, produção, transformação e venda.

Embora, a maioria das demandas desse tipo não possa ser resolvida ao nível local, é importante a formação e a participação das associações locais apoiando o esforço ao nível nacional que se desenvolve nesse sentido. A criação de grupos de trabalho junto às câmaras municipais e às assembleias legislativas para identificar os principais gargalos e estudar propostas de criação, alteração e aplicação desses instrumentos legais deve ser fortemente estimulada.

AÇÕES DE ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE APOIO

Para um desenvolvimento integrado e harmônico de todas as atividades previstas em um programa de fortalecimento da cadeia da caprino-ovinocultura é necessário um correspondente e simultâneo empenho no sentido de adequar todos

os fatores envolvidos direta ou indiretamente nas atividades dos seus distintos segmentos. Isto é particularmente válido para a maior parte das áreas de sequeiro dos municípios sob a influência do polo Juazeiro-Petrolina, onde a infraestrutura de recursos hídricos, educação, saúde, transporte, comunicações e energia é ainda muito deficiente. Nesse sentido, as seguintes ações são demandadas:

- Ações voltadas para o fortalecimento dos recursos hídricos da região;
- Ações de reformulação da rede escolar municipal interiorana, adequando-a às circunstâncias e necessidades das comunidades rurais e da preservação dos recursos naturais;
- Ações de fortalecimento da infraestrutura viária, energética e de comunicações nas áreas identificadas como mais carentes nesses fatores.

Ações de fortalecimento dos recursos hídricos

As ações direcionadas para a recuperação e a expansão da oferta de água para consumo humano e animal devem ser definidas a partir de um levantamento circunstanciado da atual rede de água subterrânea e de superfície e fundamentadas em critérios técnico-científicos que otimizem o seu aproveitamento.

Toda a estratégia, nesse aspecto, deve considerar o manejo racional das microbacias, o maior aproveitamento das águas subterrâneas de maior teor de salinidade (uso de dessalinizadores, diluição), a possibilidade de integração com os perímetros irrigados e as técnicas de captação, armazenamento e uso econômico da água de chuva, criando condições para o estabelecimento de sistemas simplificados de distribuição de água para as unidades produtivas e comunidades rurais, menos vulneráveis às acentuadas variações anuais de pluviosidade e não danosos ao ambiente natural.

Ações de reformulação da rede escolar interiorana

O alto índice de jovens rurais que abandonam a escola compromete o futuro da caprino-ovinocultura da região e exige uma reformulação das condições de aprendizagem nas áreas rurais, de modo a propiciar um maior estímulo a sua permanência com base em uma melhor capacitação para o exercício eficiente das suas atividades.

A regionalização do calendário escolar e a adequação dos currículos pela incorporação de textos, materiais e atividades de aprendizagem pertinentes à sua cultura e à sua atividade rural são demandas urgentes que necessitam ser atendidas. A formação de docentes para atuarem dentro dessa concepção deve ser preocupação primeira do programa. A introdução da figura do ADR (agente de desenvolvimento rural) no esforço de promoção da mudança tecnológica na caprino-ovinocultura, propiciaria, através de sua atuação em estreita vinculação com as atividades escolares, um apoio fundamental ao novo papel a ser desempenhado pelas escolas rurais.

Uma das experiências mais bem sucedidas nesse campo, a “casa familiar rural”, baseada na pedagogia da alternância, já está sendo adotada e se tornando realidade em alguns municípios brasileiros, inclusive nos municípios de Curaçá e Sobradinho, e pode se constituir, pelos seus resultados já comprovados, a melhor alternativa para a esta região. A sua implantação requer, contudo, a existência de organizações de produtores decididas e o apoio das instâncias educacionais municipais e estaduais.

Ações de fortalecimento das infraestruturas viária, energética, de comunicações e outras

O fortalecimento da infraestrutura social, elevando a qualidade de vida da população rural, é fator determinante para a perenidade dos projetos econômicos locais. Ainda são precárias e deficientes as condições de estradas, eletrificação rural, telefonia, postos de saúde e áreas de lazer, na maior parte da zona rural dos municípios da região.

O Fórum Nacional da Agricultura (Kretzer, 1997) recomenda uma ampla mobilização, ao nível municipal, envolvendo os poderes públicos locais, lideranças e organizações de produtores no sentido, participativamente, levantar e priorizar as necessidades em cada uma dessas áreas e negociar os apoios necessários à sua concretização. As necessidades nestes tipos de infraestrutura devem ser bem identificadas e as ações concebidas com base na localização e densidade das atividades produtivas, já que podem ser também consideradas como vitais ao dia-a-dia das operações e ao eventual sucesso da caprino-ovinocultura.

ESTRATÉGIA DE CADA MUNICÍPIO PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA

As linhas básicas do programa de desenvolvimento da caprino-ovinocultura desses municípios sob a influência do polo Juazeiro-Petrolina, aqui propostas, serviriam para compor uma estratégia geral de fortalecimento da atividade na região. Essa estratégia seria, também, adaptada e aplicada a cada município em particular. Qualquer um deles, em função de seu interesse, necessidades e capacidade de mobilização de recursos humanos e financeiros poderia iniciar um programa dessa natureza, devendo, para isso, simplesmente, elaborar o seu plano municipal, adequando as linhas propostas à realidade da sua caprino-ovinocultura.

Algumas limitantes abordadas na proposta demandam um esforço conjunto dos municípios da região para se obter resultados mais objetivos e mais rápidos. Elas constituem os pontos comuns que irão sedimentar as alianças necessárias entre as diversas organizações de caprino-ovinocultores e municipalidades a serem sistematizadas em um plano de caráter regional. O monitoramento e avaliação desse esforço conjunto pode ser facilitado pela criação de um “forum” ou comitê regional, composto de representantes dos diferentes segmentos da cadeia produtiva

com representantes dos diversos segmentos e instituições envolvidos no processo. Os comitês municipais devem ser presididos pelos secretários municipais de agricultura. Os locais, pelos presidentes das associações ou cooperativas atuantes na área.

Haverá necessidade, após um determinado tempo de implementado o plano, de se fazer uma avaliação para medir o seu impacto. Um dos instrumentos mais eficazes para apoiar este tipo de avaliação, no segmento produtivo, é o estabelecimento de unidades de referência (não confundir com unidades demonstrativas ou unidades de validação), as quais, juntamente com as unidades de referência dos segmentos transformador (abatedouros e curtumes) e distribuidor (unidades atacadistas e varejistas) constituirão as fontes básicas de aferição das mudanças propostas no plano.

Um forma alternativa e mais eficiente de priorizar, direcionar e apoiar intervenções específicas no meio rural seria a implantação pelas prefeituras de um sistema informatizado chamado PDAM (Plano Diretor Agrícola Municipal), proposto por Martin et al. (1998). Como formas de instrumentalização dos poderes locais para assumirem suas responsabilidades, cada vez maiores, na geração de empregos e melhoria do bem-estar de suas populações, alternativas dessa natureza têm que ser consideradas pelas prefeituras da região.

A Embrapa se propõe a apoiar os municípios e as organizações de produtores interessadas na elaboração e implementação de programas de desenvolvimento da caprino-ovinocultura no contexto do agronegócio, pondo à disposição dos mesmos não apenas o seu acervo de tecnologias de produção e de transformação de produtos, mas, também, os elementos metodológicos necessários ao cumprimento de todas as etapas da estratégia acima mencionada (métodos de diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação).

Individualmente as medidas propostas são incapazes de proporcionar as condições para a desejada mudança no padrão tecnológico da cadeia produtiva. Consideradas em seu conjunto, porém, são suficientes para fundamentar esta mudança e, assim, dotar o agronegócio da caprino-ovinocultura regional das três condições básicas exigidas para o sucesso do agronegócio: produtos de qualidade, estabilidade de oferta e custos competitivos.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos são devidos aos pesquisadores e técnicos Gherman Garcia Leal de Araújo, da Embrapa Semi-Árido, José Hugo Félix Borges, da EBDA, Cícero Félix dos Santos, do IRPAA e aos secretários municipais de agricultura de todos os municípios envolvidos no Encontro pela importante contribuição dada na elaboração dessa proposta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENCONTRO SOBRE AGROINDÚSTRIA DE PEQUENO PORTE DO NORDESTE, 1., 1997, Petrolina, PE. Anais... Petrolina, PE: EMBRAPA-CPATSA/CIRAD-SAR, 1997. 153 p. Editado por Claire Cerdan, Clovis Guimarães Filho, Eric Sabourin.

KRETZER, N., coord. Fichas-resumo dos principais instrumentos para discussão no Forum Nacional da Agricultura. In: FORUM NACIONAL DA AGRICULTURA (Brasília, DF) Agricultura Familiar. [Florianópolis]: FNA-Núcleo Gestor Empresarial, 1997. 16 p.

MARTIN, N.B.; OTANI, M.N.; SERRA, R.; ÂNGELO, J.A. Subsídios para elaboração de Plano Diretor Municipal. Informações Econômicas, SP, v.28, n.4, p.33-45, 1998.

SCHEJTMAN, A. Agroindustria y transformación productiva de la pequeña agricultura. Revista de la Cepal, Santiago do Chile, v. 53, p. 147-157, 1994.

TURNES, V. A. ; BÚRIGO, F.L. Desenvolvimento local: uma nova forma de ver o espaço Rural. [s.l.]. Florianópolis, SC, 1998. 9 p. (não publicado).